

**Relatório Final da Pesquisa**  
**Cooperativas Populares como**  
**forma de combate à pobreza**  
**Pibic-CNPq**

Marcelo Marchesini da Costa  
Marcelo Marchesini da Costa

Ricardo  
Ricardo Bresler - professor orientador

## Índice

1. Apresentação.....	02
2. Introdução.....	03
3. Pobreza, exclusão e desigualdade.....	05
4. Cooperativismo.....	09
4.1 Economia solidária.....	11
4.2 Autogestão.....	17
4.3 Atores da Economia solidária.....	21
4.4 ITCPs.....	24
5. Depoimentos.....	27
6. Conclusão.....	34
7. Bibliografia.....	38

## 1. Apresentação (resumo)

“Qualquer sistema penitenciário bem estruturado pode fornecer três refeições diárias e oportunidades garantidas de emprego. [...] o problema não é somente produzir mais pão, mas saber quem dirige a padaria.” (TRATEMBERG, 1987, p.24)

Uma imensa parcela da população da cidade de São Paulo enfrenta o problema da falta de trabalho e renda. Com desemprego crescente, a pobreza, a exclusão e a desigualdade levam as pessoas à procura de alternativas para a condição de privação em que se encontram. As cooperativas populares e a economia solidária se colocam como uma alternativa para estas pessoas. Graças a um envolvimento cada vez maior de diversos setores da sociedade com este tema, entidades de fomento e debate de economia solidária e cooperativismo, têm dado visibilidade e articulação a estas iniciativas. O que se pretende com este trabalho é identificar quais são os atores que compõe este quadro, e apontar quais são suas principais expectativas, seus objetivos, e então verificar qual é o efeito da formação de cooperativas populares no combate à pobreza.

Para a realização desta pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico com as recentes publicações sobre o tema. Privilegiou-se a utilização de publicações dos atores que possuam atividades e práticas de empreendimentos solidários. Complementares a esta pesquisa bibliográfica, foram feitas duas visitas a cooperativas para tomar depoimentos dos seus membros. Por fim, absolutamente importante foi a experiência de trabalho em uma das entidades que atuam com economia solidária e cooperativismo.

O propósito dos grupos que pretendem formar cooperativas e o propósito das organizações de apoio e fomento são distintos. Enquanto os grupos buscam a formação de cooperativas para sair de uma pobreza, vista neste momento como privação de recursos monetários, as organizações encaram o processo como a construção de uma sociedade baseada em relações econômicas solidárias. Outro ponto fundamental diz respeito às condições em que a formação de cooperativas se sustenta com um prazo indefinido, e quando elas funcionam como simples assistência em momentos de maior dificuldade.

As cooperativas populares são importantes instrumentos de combate à pobreza em sua concepção multidimensional, de privação de capacidades. A vivência da autogestão, desde a formação da cooperativa, possibilita um novo comportamento pouco presente nas relações de trabalho das empresas capitalistas, um comportamento participativo e democrático. Como este comportamento pode trazer um grande desgaste às relações entre os cooperados, corre-se o risco de, superado o momento inicial de formação do empreendimento, acontecer um desânimo do grupo com a cooperativa. É importante que o empreendimento seja encarado pelo grupo como parte de um processo de construção da economia solidária, o que leva a uma renovação dos objetivos daquele grupo, e mantém presente a identificação em torno daquilo que une ao grupo.

## **2. Introdução**

O tema proposto para deste trabalho é o do desenvolvimento de cooperativas populares como uma forma de combate à pobreza. O objetivo inicial era sistematizar quais são os problemas e dificuldades na criação de uma cooperativa de produção na cidade de São Paulo. O contato com a vasta bibliografia sobre o cooperativismo, a análise do passado do movimento, suas características, suas vantagens e desvantagens, sua condição atual e suas potencialidades, tudo isso gerou ao mesmo tempo uma oportunidade e uma enorme dificuldade para a pesquisa. Por um lado, seria fundamental apresentar um quadro geral sobre tudo o que foi pesquisado sobre o cooperativismo, sobretudo no contexto atual em que, mesmo com toda a pobreza e desigualdade da nossa sociedade, as mudanças parecem só poder acontecer no âmbito macroeconômico, e nunca no modo de produção e na relação entre as pessoas. Provar o contrário, ou seja, que o desenvolvimento humano pode acontecer pela ação dos próprios explorados, das suas comunidades, dos povos em luta, de todas as pessoas, e não só daqueles com elevada escolaridade, é o grande desafio colocado pela economia solidária. Contudo, analisar e relacionar tudo o que existe de empreendimentos e publicações de economia solidária seria inviável nas condições desta pesquisa.

Retomar o objetivo inicial do trabalho foi, muitas vezes, um referencial necessário. Porém, foi inevitável alterar tal objetivo. O próprio contato com os empreendimentos e com



a bibliografia sobre o tema ensinam, nas suas primeiras lições, que a cooperativa é uma experiência autogestionária e autônoma. Sendo assim, a sua construção, seus objetivos e seu funcionamento interno será sempre produto de discussão e deliberação de um grupo em particular. Os obstáculos à formação de uma cooperativa são diretamente relacionados à condição em que se encontram seus membros, e ao objetivo do grupo. Não há dúvidas quanto a grande parte das experiências encontrarem dificuldades em comum na sua formação. Aquelas dificuldades que nos pareceram mais relevantes estão, de alguma forma, caracterizadas neste trabalho.

A observação de que os grupos que formam cooperativa possuem histórias de vida bastante semelhantes, e ainda assim são muitos distintos nos problemas que enfrentam e no que pretendem fazer, colocava uma série de novas questões: Como é feita a opção por trabalhar em uma cooperativa? Qual é a expectativa das pessoas com aquele empreendimento? Quais são os seus efeitos na vida das pessoas? A resposta a estas questões parecia ao mesmo tempo mais realista, e mais urgente de ser obtida. Esta necessidade deve-se ao fato de que é preciso compreender se o atual avanço do cooperativismo será temporário ou se estenderá por muito mais tempo. A resposta a esta última questão é bem mais difícil do que a das anteriores. Ao longo do trabalho, porém, a exploração das expectativas dos cooperados, e os resultados obtidos pela formação de cooperativas populares, deverão sinalizar para a sua resposta.

Partindo do pressuposto inicial de que a formação de cooperativas é uma possível forma de combate à pobreza (o que explicaria parte da procura pelo cooperativismo), o trabalho se inicia com algumas considerações sobre a pobreza, a desigualdade e a exclusão social.

Mais adiante, no ponto 4, ao apresentar sobre cooperativismo, é feito um apanhado sobre a economia solidária para que se contextualize qual cooperativismo estamos analisando. Por não se tratar de um conceito fixo e acabado, as definições aí presentes sistematizam o que as entidades (que atuam com a divulgação, fomento e prática da economia solidária) pretendem. Uma rápida apresentação destas entidades é feita a seguir. Em seguida, procura-se demonstrar quais as expectativas genéricas destas entidades em relação a economia solidária e o cooperativismo. Um tipo destas entidades foi escolhido para uma apresentação um pouco mais aprofundada, para que se compreendesse como se dá

o seu funcionamento. Pela experiência de trabalho do pesquisador em uma entidade desse tipo (ITCP-GV), foi escolhida as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

A tomada de depoimentos com membros de cooperativas foi feita, então, para se verificar qual era a sua motivação ao entrar na cooperativa. O que se pretendia neste ponto era saber como eles interpretavam as suas experiências e verificar convergências e divergências entre os depoimentos dos cooperados e a bibliografia utilizada.

Com todos estes elementos, a conclusão pretende chegar às respostas das questões iniciais. O imenso universo de experiências que vem acontecendo no Brasil em economia solidária coloca muitas outras questões. Muitas pesquisas também vem sendo feitas sobre o tema, de forma que, nas palavras de Singer "a economia solidária se desenvolve tão rapidamente no Brasil, que qualquer balanço tem de ser considerado provisório" (2002b, p.). É importante esclarecer que o movimento da economia solidária não é uniforme, havendo diferenças entre os grupos atuantes. Sendo assim, quando analisarmos uma experiência classificada como cooperativa ou solidária, devemos contextualizá-la, para que não pareça uma generalização inválida.

### **3. Pobreza, exclusão e desigualdade.**

Antes de estudar as experiências com as cooperativas, é importante saber o porquê do estudo de combate à pobreza, e de que pobreza estamos falando. A dificuldade de conceituar pobreza, com definições muito distintas dependendo da orientação e das intenções de cada autor, trazem também a necessidade de incluir outros conceitos, como exclusão e desigualdade. Desde já alertamos, também, para o perigo de abordagens simplistas sobre a pobreza. Sempre que tentarmos caracterizar a pobreza, devemos ter a preocupação de não nos guiar apenas pela ausência de recursos, ou apenas pelos efeitos da globalização. É fundamental que não se deixe em segundo plano os mecanismos de reprodução da desigualdade e exclusão na sociedade (CAMAROTTI e SPINK, 2000).

A visão ampla de pobreza que será adotada é a de destituição, marginalidade e desproteção (ABRANCHES, 1994). Não são conceitos plenamente distintos, são aspectos que se relacionam e se fortalecem mutuamente. A destituição de meios de sobrevivência como dinheiro, alimentação ou moradia esta ligada à marginalidade no acesso a bens e

serviços, bem como a desproteção caracterizada pela não efetividade de direitos sociais e garantias à vida das pessoas. São elementos que, ao se reforçar, formam um ciclo, e deixam o pobre sem perspectivas de escapar desta condição. Indo além, a pobreza é a privação das capacidades individuais. Isto porque, sem ignorar as relações existentes entre a privação de renda e de capacidades, mais correto do que considerar apenas as privações instrumentais, como a renda, é abordar privações intrinsecamente importantes, como o acesso à educação e a serviços de saúde (SEN, 2000). Ao não poder realizar suas capacidades, as pessoas estão tendo suas liberdades restringidas.

A teoria do desenvolvimento como liberdade, de Sen (2000), aponta uma série de liberdades que, ao garantir a realização das capacidades dos indivíduos, levariam ao desenvolvimento, entendido aqui de forma ampla, como a melhora na qualidade de vida das pessoas. Estas liberdades são: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*. O que se pretende demonstrar é que, não havendo condições para que as pessoas possam participar de atividade política, nem possam adquirir bens no mercado, nem tenham garantido educação e saúde, nem tenham acesso à informação e nem estejam seguras para realizar estas atividades, nessas condições de privação não é possível que elas deixem de estar na pobreza.

Com a intenção de contextualizar a pobreza, é preciso fazer uma breve análise das suas mudanças nos últimos cinquenta anos (aproximadamente). Na definição de Santos (2000), passamos por três formas de pobreza neste período. A primeira forma foi definida como uma pobreza incluída. Tratava-se de uma pobreza residual ou sazonal, ocasionada normalmente por uma inadequação aos processos gerais de mudança, ou à condição social dos indivíduos. Como o consumo e o dinheiro ainda não haviam alcançado o atual nível de difusão e valorização, os pobres continuavam a fazer parte da sociedade, que procurava, de forma privada, uma solução para aquela condição.

A segunda forma de pobreza experimentada nos últimos anos foi a definida por Santos (2000) como a marginalidade. No pós-segunda guerra mundial iniciava-se a nova divisão internacional do trabalho. Experiências socialistas e, pelo menos nos países centrais, a criação do estado de bem estar social, indicavam que a sociedade passava a encarar a pobreza como um mal que acompanhava o processo econômico, mas que poderia ser combatida pela ação do Estado. A pobreza passava a contar com novas definições, na

medida em que os avanços nas comunicações e nas possibilidades de circulação traziam um novo sentido ao consumo e ao dinheiro. Os referenciais de consumo e dinheiro passam a ser compartilhados. Nestas condições os pobres, por não seguirem os "padrões", seriam elementos marginais na sociedade, que reivindica ações estatais para alterar estas condições. O avanço deste quadro levaria à terceira forma de pobreza: a estrutural.

A pobreza estrutural, ainda pela descrição de Santos (2000), diferencia-se das outras por ser resultado de uma ação deliberada. Neste quadro, no qual acontece a liberação cada vez maior das transações econômicas e financeiras, em que a competição globalizada gera desemprego e piora na remuneração do trabalho, não se sustentam os atuais níveis de consumo dos países centrais. A continuidade do avanço econômico-financeiro nestes moldes produz pobreza e aumenta as desigualdades. O caráter proposital deste processo é reafirmado pela ausência da ação estatal no combate à pobreza, abrindo mão até mesmo da continuidade das suas ações do período anterior. Os pobres são aceitos com naturalidade, porque não são mais vistos como pertencentes à sociedade, eles estão excluídos.

“A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível” (SANTOS, 2000). Assim, diferenciamos a pobreza da miséria, onde a privação é total e inviabiliza qualquer ação. Passamos então a compreender que a pobreza não é condição suficiente para barrar a iniciativa das pessoas. Podemos, então, estudar a organização do trabalho por iniciativa dos próprios trabalhadores, independente da sua condição social de pobre ou rico.

Os pobres trabalham, individualmente ou em pequenos grupos, em seus próprios empreendimentos, que normalmente assumem a forma de uma atividade autônoma e precarizada, originando novas formas de sociabilidade e organização. A saída que os trabalhadores procuram para garantir sua sobrevivência é cada vez mais a economia informal. Pela definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT apud JAKOBSEN), trabalho informal é aquele que apresenta como características a produção em pequena escala, o baixo nível de organização, e a quase inexistente separação entre capital e trabalho. Apenas no município de São Paulo, os trabalhadores ocupados no setor informal chegaram a 48,8% da PEA em 1999 (SEADE-DIEESE). Segundo análise da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com trabalhadores do setor informal na cidade de São Paulo, apesar dos depoimentos indicarem que se valoriza a autonomia do setor informal, a maioria

recorreu ao trabalho informal devido ao desemprego. Uma demanda comum entre estes trabalhadores é a regulamentação das suas atividades (JAKOBSEN, 2000).

A procura pela formação de cooperativas populares também acontece, em grande parte, pela busca de uma solução imediata para o desemprego. A participação na cooperativa é vista como uma atividade necessária, um período de passagem, até que se encontre uma oportunidade de voltar a um emprego com carteira assinada. Em grande parte isto se deve à cultura de aceitação do trabalho assalariado que todos nós trazemos (à qual veremos adiante, a economia solidária se propõe a transformar). O importante por hora é que se compreenda que, nas condições atuais do trabalho informal, as cooperativas representam muito mais do que uma saída paliativa. A regulamentação da atividade na cooperativa é acompanhada pela transformação da pequena produção individual em produção coletiva de média ou grande escala, possibilitando ganhos econômicos adicionais (SINGER, 2000). Isto, porém, não é central nos benefícios da cooperativa, como será apresentado mais à frente.

A postura ativa tomada por aqueles que procuram algum trabalho para sobreviver, sozinhos ou em pequenos grupos, revela um outro aspecto fundamental: a questão da pobreza é diretamente relacionada à questão da cidadania (CAMAROTTI e SPINK, 2000). O fato de sistematicamente os pobres só conseguirem sobreviver por ações individuais indica que, em geral, o pobre não conta com nenhuma instância do Estado para auxiliá-lo. Na verdade, falta uma política nacional de enfrentamento da questão da pobreza, ainda que nos níveis subnacionais e locais, diversas experiências venham cumprindo um papel fundamental nesta área<sup>1</sup>. As razões que tornam a pobreza uma questão diretamente ligada à cidadania são diversas, e são condicionadas principalmente pela inexistência de canais efetivos de interlocução entre as esferas de poder e as demandas dos pobres. Os pobres não conseguem se organizar, porque a sua disponibilidade individual, inclusive de ter tempo para reuniões, e os meios efetivos para criar estas associações são escassos. Os setores da sociedade que conseguem se organizar em torno de grupos de pressão, associações ou outra entidade representativa tornam as suas demandas mais fortes junto ao poder público, ou seja, adquirem voz ativa, conquistando condições de negociar o que querem. Deste modo,

---

<sup>1</sup> A este respeito existem diversas publicações do Programa Gestão Pública e Cidadania (iniciativa conjunta da FGV-EAESP e da Fundação Ford com o apoio do BNDES). O programa gerencia um banco de dados de práticas inovadoras e bem sucedidas de governos locais.



enquanto as necessidades dos pobres não forem contempladas e o acesso a bens e serviços forem restritos, eles continuarão sem uma série de liberdades, inclusive a de se associar (SEN, 2000).

É importante que se diga que a organização da sociedade civil deve ser estimulada a ocupar um espaço distinto do espaço estatal. A igualdade de condições deve ser ponto de partida na definição de políticas ou na geração de trabalho e renda, de forma que as entidades que emergem da organização da sociedade civil participem junto ao Estado da formulação destes projetos, e não seja só o alvo dos mesmos (CAMAROTTI e SPINK, 2000). Da mesma maneira é importante adiantar que a vivência em ambientes representativos, de discussões de sindicato, grêmio estudantil ou associações de moradores é fator que tem gerado, para os envolvidos, uma mais rápida aceitação do trabalho cooperativo.

#### **4. O Cooperativismo**

Compreender a organização do trabalho em cooperativas requer clareza dos pontos que tornam este um empreendimento distinto das empresas capitalistas. É preciso questionar até mesmo os princípios tomados como básicos e intuitivos, como, por exemplo, pensar a visão do mercado restrita a um espaço de competição para as organizações. Mesmo que a generalização seja inválida, pois estamos desconsiderando as diferentes visões de mercado, fazemos aqui a escolha do significado de mercado visando diagnosticar os valores e práticas do núcleo central do capitalismo<sup>2</sup>. Resumidamente, trata-se da produção de desigualdades de acesso a recursos e de poder, dos efeitos prejudiciais que a concorrência capitalista provoca na sociabilidade e na convivência da sociedade, e da exploração crescente e insustentável dos recursos naturais (SANTOS, 2002). A competição para vender mais que o concorrente, a competição para obter a melhor mão-de-obra possível pelo menor preço que se puder pagar, aparecem como características comuns, às quais mesmo o Estado deveria se adaptar segundo a lógica política e econômica hegemônica.

---

<sup>2</sup> Um estudo mais amplo sobre as diferentes visões de mercado e suas possibilidades pode ser obtida em SANTOS, 2002.



O trabalho de uma cooperativa contradiz quase frontalmente esta lógica. Daí o longo caminho que deve ser feito para a construção de uma cooperativa. As dificuldades estão por todos os lados, mas as maiores são as resistências individuais dos cooperados em realizar um trabalho que contraria tudo o que parecia aceito no mundo do trabalho (SINGER, 2002). Isto significa que, como detalharemos adiante, uma das condições para a consolidação do empreendimento solidário é que ele seja encarado como um projeto de vida, de construção coletiva, e não como uma saída para que se consiga trabalhar em momentos de crise.

Conceitualmente, o caminho que optamos aqui para apresentar o cooperativismo passa por algumas etapas que, mesmo não sendo as que com mais detalhes configuram este tema, serão importantes por dois motivos: primeiro porque estamos tratando do cooperativismo como uma construção coletiva que se submete sempre à decisão do grupo, estando este ciente de uma série de princípios direcionadores que lhe garantem autenticidade. Isto significa que não iremos nos aprofundar na definição de uma determinada cooperativa, por acreditar que as diferenças devem existir sempre nas diferentes cooperativas, o que só faz respeitar as particularidades de cada situação e dos seus atores. O segundo motivo é que não faz sentido dar um maior destaque para as peculiaridades legais ou da contabilidade de uma cooperativa, se o nosso interesse maior é analisar a questão do combate à pobreza<sup>3</sup>, especificamente no caso das cooperativas populares. Assim, as etapas que serão priorizadas são a economia solidária, a autogestão, os atores da economia solidária no Brasil, e dentre estes as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (ITCPs).

No início, um breve quadro histórico da economia solidária ajuda a diagnosticar muitas das razões e dificuldades ainda hoje enfrentadas por quem opta por este tipo de empreendimento. A visão de que o cooperativismo deve se manter fiel a um quadro maior, no qual está a economia solidária, é importante pois facilita que os diferentes agentes da economia solidária criem uma identidade comum entre si, e possam se auxiliar mutuamente. Será a vez, então, de apontar as principais características de uma cooperativa, sempre na perspectiva da sua autenticidade.

---

<sup>3</sup> A contabilidade e as questões legais das cooperativas possuem, no entanto, uma série de questões que merecem ser pesquisadas e trabalhadas junto aos grupos de cooperados. Sobre este tema ver RECH (2000).

Por ser a autogestão um ponto central na cooperativa, mesmo já tendo aparecido no ponto anterior, vamos aprofundá-la nos aspectos cotidianos do funcionamento da cooperativa. Pretende-se que fiquem claros também os ganhos pessoais, diretos e indiretos dos cooperados que derivam da prática autogestionária. Por fim, a hipótese de que só exista trabalho sério sobre economia solidária no Brasil por parte daqueles que respeitam a autogestão, será o critério pelo qual serão apresentados os principais atores da economia solidária identificados no Brasil.

Será feita uma breve apresentação do trabalho das entidades que trabalham no fomento, auxílio, discussão e pesquisa de economia solidária e cooperativismo no Brasil. A natureza institucional destas organizações demonstra como diversos setores da sociedade despertaram, recentemente, para estas questões. O sindicalismo, a universidade, a própria sociedade civil organizada, no campo e nas cidades, estão representadas aqui. Outro fato importante é destacar a busca pela cooperação e trabalhos em conjunto destas entidades. Como foi fundamental acompanhar cooperativas durante esta pesquisa, se optou por fazê-lo onde também estivesse envolvida uma destas entidades.

As incubadoras tecnológicas de cooperativas populares da cidade de São Paulo estão situadas nas universidades PUC-SP, USP e FGV-EAESP. Será apresentado a estrutura e o funcionamento da ITCP-GV (pela vivência e trabalho lá desenvolvido no período de um ano), enquanto os casos apresentados serão de cooperativas incubadas por outra ITCP, pelo maior tempo de existência desta incubadora, o que forneceu dados mais consolidados. A partir daí, teremos uma base teórica sobre o cooperativismo, com a qual serão comparados os depoimentos de cooperados.

#### **4.1. Economia solidária**

Apresentar a economia solidária é fundamental para que se compreenda o quadro mais amplo de relações em que o cooperativismo se insere. Longe de ser um modelo pronto e acabado, a descrição que pode ser feita é a de algo que vem sendo construído coletivamente. Dito isto, a cooperativa é tida como a unidade típica da economia solidária (SINGER, 2002a). A visão de diversos atores é a fonte aqui utilizada, não só pelo cuidado e pela consistência das publicações, mas pela prática solidária que é observada no cotidiano

destas entidades, o que é fundamental para a compreensão da proposta da economia solidária. Apenas para ficar claro este ponto, vale adiantar que a prática da economia solidária não supõe a eliminação dos atritos e disputas nas relações humanas, diferente disto, a proposta é de estímulo a participação e resolução coletiva dos conflitos (SINGER, 2002a).

O momento atual da economia solidária remete a sua proximidade com movimentos sociais e políticos da história recente do Brasil. As próprias entidades que trabalham com economia solidária possuem uma origem bastante significativa neste sentido, como veremos. Quando se retoma a proposta da economia solidária, no entanto, costuma-se apontar para o início do século XIX como tendo sido o cenário das experiências pioneiras. Diversas formas de associação entre iguais e de propriedade solidária, aconteceram, nas primeiras décadas do século XIX, como resposta às péssimas condições de trabalho e a falta de uma legislação de proteção aos trabalhadores. Nesta mesma época aconteceram experiências de cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, cooperativas de produção e até mesmo cooperativas integrais. Como este trabalho detém-se na análise sobre cooperativas de produção, não iremos nos alongar nestes temas<sup>4</sup>. Ainda assim, uma rápida discussão sobre o passado do cooperativismo é importante para compreendermos quais são as possibilidades do empreendimento solidário.

A péssima condição de trabalho e vida, razão pela qual os trabalhadores inicialmente optaram pelo cooperativismo, ainda está presente, principalmente nas cooperativas populares, definidas como aquelas criadas por iniciativa de grupos de desempregados ou de quem vivencie situação de trabalho precarizado (REDE INFORMA). No séc. XIX, a ação de alguns industriais que, por conta própria, regularam a jornada de trabalho de seus funcionários, chegando mesmo ao caso de Robert Owen, industrial britânico que financiou cooperativas integrais tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, constituem uma das origens do movimento cooperativista (SINGER, 2002a, MOTTA, 1987). Os sindicatos foram outra força atuante na origem do cooperativismo que, no século XIX, muitas vezes propuseram que os operários assumissem as fábricas, trabalhando na forma cooperativa. Afirma Singer sobre este movimento "a criação desse tipo de

---

<sup>4</sup> Muitos autores conhecidos como socialistas utópicos são pioneiros no cooperativismo. É o caso de Owen, Fourier, Proudhon e Saint-Simon. Um estudo mais aprofundado sobre a história do movimento cooperativo está presente em SINGER, 2002a e Prestes Motta, 1987.

cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão" (SINGER, 2002a). É importante ressaltar, no entanto, que até hoje podemos também presenciar sindicatos que não aceitam a proposta cooperativa. Isto acontece por razões diversas, que vão do fim das garantias trabalhistas até um eventual fortalecimento do capitalismo.

Por mais importante que tenham sido as experiências pioneiras da economia solidária, o passado recente do cooperativismo redefiniu o movimento. Isto porque se utilizou largamente, no Brasil, a cooperativa para terceirizar e baratear a mão-de-obra. Este tipo de "coopergato" é responsável por um conceito deturpado que muitos ainda fazem sobre o cooperativismo (RECH, 2000). Ainda assim, alguns elementos das experiências pioneiras do séc. XIX resistiram ao tempo e passaram a ser reafirmados recentemente. É o caso dos princípios do cooperativismo, elaborados inicialmente pelos pioneiros de Rochdale (que formaram uma cooperativa de consumo inglesa, em 1844) (SINGER, 2000). Para que fique mais clara a compreensão de como os princípios devem influir na cooperativa, eles serão apresentados a seguir<sup>5</sup>.

O princípio da *associação voluntária e aberta* indica que a cooperativa deve aceitar como cooperado qualquer pessoa que esteja de acordo com as responsabilidades de um cooperado, desde que existam condições físicas e de recursos para que esta pessoa trabalhe na cooperativa. Por isso, as pessoas devem ser soberanas na sua decisão de entrar ou sair da cooperativa se assim desejarem, sem qualquer forma de discriminação. É claro que entrar e sair de qualquer empreendimento tem suas implicações. Na entrada, o cooperado deve conhecer e aceitar os princípios, e integralizar sua quota parte (definida anteriormente em assembléia da cooperativa), e na saída ele tem direito a retirar uma parte do que constituiu na entrada.

O segundo princípio é o do *controle democrático do empreendimento*. Tanto o estabelecimento de diretrizes políticas como a tomada de decisões na cooperativa devem

---

<sup>5</sup> Os princípios estão disponíveis em diversas páginas da Internet, além de livros como RECH (2000).

seguir a regra de "uma pessoa, um voto". Sendo uma característica fundamental da autenticidade da cooperativa, todos aqueles que lá trabalham tem igual peso nas assembléias e direito de participar de todas as decisões. É um dos princípios que procuram garantir uma base autogestionária pressuposta. Apresentaremos adiante como o controle democrático se articula com outros princípios com o intuito de tornar viável e eficiente a escolha democrática.

O princípio da *participação econômica dos membros* garante a igualdade e equidade na cooperativa. Este princípio assegura que todos os membros constituam uma quota parte inicial na cooperativa, e tenham um limite máximo de quotas bastante reduzido. O mais correto, segundo uma leitura estrita do princípio, seria que todos tivessem uma mesma quota. Como, no entanto, a realidade financeira dos cooperados nem sempre é a mesma, havendo desde aqueles que precisam financiar a aquisição da sua quota parte, até aqueles que podem colaborar com a cooperativa adquirindo mais de uma quota, aceita-se esta prática. As quotas integram a cooperativa em uma parte indivisível que não é recuperada pelo cooperado quando da sua saída do negócio, e uma parte divisível que é recuperada. Complementando a participação econômica dos membros, é importante notar a nomenclatura distinta usada justamente para afirmar a opção solidária. O cooperado não recebe salários. O equivalente ao salário é a "retirada", sendo que esta tem seu valor definido em assembléia dos cooperados. Muitos defendem que as retiradas sejam iguais para todos os cooperados, porém isto não é sempre necessário, desde que não sejam mantidas remunerações tão distintas como na empresa capitalista (SINGER, 2002). Como a cooperativa não tem lucro, se houver alguma "sobra" ao final do exercício os cooperados decidem o que fazer, havendo a obrigação legal de destinar uma parte das sobras para um fundo educacional e outra para um fundo de reserva. Outros fundos podem ser constituídos pelos cooperados para fins equivalentes aos direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário ou auxílio maternidade<sup>6</sup>.

A *autonomia e independência do empreendimento* são outro princípio que deve reger o funcionamento de toda cooperativa. Não pode haver nenhum tipo de dependência com instituições externas à cooperativa. A intenção é explicitar que quem toma as decisões

---

<sup>6</sup> Vale o esclarecimento de que, não sendo celetistas, os cooperados não possuem todos os direitos trabalhistas, justamente a razão que faz surgirem tantas "cooperगतos" (RECH, 2000).



são os cooperados, e não inviabilizar parcerias e trabalho em conjunto com outras organizações, desde que isto se faça de maneira soberana.

O princípio da *educação, treinamento e informação* dos cooperados possibilita o desenvolvimento da cooperativa como um todo. Acredita-se que a decisão de muitos é sempre melhor que a de poucos, desde que todos tenham condições de debater e opinar sobre o fato. Daí a importância de fornecer informação e capacitar os cooperados para interpretarem aquela informação, o que acaba proporcionando oportunidades de desenvolvimento para cada um dos seus membros. A aplicação deste princípio pode se dar por diferentes processos e formas de educação (educação formal, palestras, cursos, seminários, etc). Uma forma comum (e ao mesmo tempo outro diferencial solidário) é a rotatividade de funções na cooperativa. Todos os membros devem ter oportunidade de aprender e entender como se fazem as mais diversas funções, como a contabilidade, a limpeza e o gerenciamento da empresa solidária, por isto estimula-se que, de tempos em tempos, novos grupos disputem a presidência da cooperativa, e outras funções sejam rotativas.

A *cooperação entre cooperativas* é um princípio, antes de qualquer coisa, indicativo de uma prática ainda distante da realidade. A necessidade dos empreendimentos solidários se ajudarem, nem que seja negociando prioritariamente entre si, é clara como forma de consolidar e fortalecer as iniciativas. A falta de dados sobre onde estão as cooperativas, a falta de recursos e uma série de outras questões, como desavenças pessoais e outras, dificultam este processo. Para a efetivação desde princípio, a atuação de outras organizações da economia solidária é fundamental (ver ponto 4.3), com destaque para a realização de feiras de economia solidária ou de cooperativas, que além de efetivar a cooperação, divulgam os empreendimentos.

Por fim, outro princípio direcionador é o da *preocupação com a comunidade*. Mesmo com a falta de recursos para grandes ações, estimula-se na cooperativa uma relação diferenciada com a comunidade, com preocupações socioambientais e responsabilidade nos seus atos. Um grande efeito neste sentido (que talvez esteja presente na intenção do princípio), é o maior envolvimento com movimentos políticos e sociais que se percebe em quem passa a fazer parte de uma cooperativa.



A construção da cooperativa, no contexto da economia solidária, deve ser um processo de construção coletiva. Isto implica não haver uma padronização da formação de diferentes cooperativas. Os grupos que se dispõem a iniciar qualquer empreendimento possuem necessidades e demandas com origem em realidades distintas, o que se reflete em diferentes formas de organização. O momento de constituição da cooperativa é fundamental para a resolução de questões de ordem individual e coletiva no grupo, de forma que a identidade formal da cooperativa seja o resultado de amplo debate que traga para bases comuns as expectativas dos cooperados. É importante, porém, atentar para que, não havendo a imposição de um modelo cooperativo ideal para todos os empreendimentos, eles não acabem se distanciando pela falta de referências das características de uma empresa solidária. Isto aconteceria se o processo não fosse autogestionário, com um grupo tomando a frente nos momentos de decisão, por exemplo. Outros riscos comuns são a manutenção das diferenças salariais entre os membros que exercem diferentes funções tais quais ocorrem na economia competitiva e a opção por contratar funcionários assalariados<sup>7</sup>.

Uma boa amostra do recente avanço da economia solidária, a partir das iniciativas brasileiras, está em duas publicações muito significativas (SANTOS, 2002; ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA). Na pesquisa dirigida por Santos, um estudo muito importante sobre o significado e as possibilidades de emancipação social atuais, um dos sete volumes resultantes da pesquisa trata sobre os sistemas alternativos de produção. Neste volume tem destaque as experiências de economia solidária apresentadas por Singer, além da participação de outros autores apresentando experiências com cooperativas em outros países. Ganha destaque, neste texto, a visão de que a economia solidária tem como principal objetivo a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores, e não a maximização do lucro (SINGER, 2002b). A introdução feita por Singer (2002b) vai além, e após apresentar diversos aspectos significativos da economia solidária no Brasil, conclui por afirmar que, mesmo crescendo nas crises do capitalismo, a economia solidária só se viabilizaria com o interesse em organizar a produção por e para todos, o que necessitaria de políticas públicas tocadas pelo Estado para se efetivar.

---

<sup>7</sup> Diferentes faixas de remuneração são aceitas na cooperativa como forma de manter profissionais de alta qualificação, que ganhariam muito mais em empresas capitalistas. Acredita-se que o papel desempenhado por estes profissionais agrega valor ao trabalho de todos na cooperativa. De toda forma, as diferenças salariais devem sempre estar em proporções menores que as diferenças nas empresas capitalistas (SINGER, 2002a).

A publicação de diversas entidades<sup>8</sup> que atuam com o tema, e compõe o grupo de trabalho de economia solidária do Fórum Social Mundial é significativa pelo status que o assunto assumiu no Fórum. O grande crescimento do Fórum, que em apenas dois anos de existência, conseguiu a participação de entidades de diversos países e autoridades internacionais destaca ainda mais a importância que a economia solidária vêm assumindo. O documento citado foi distribuído como base em todas as palestras e seminários realizados sobre o tema. Com uma conotação extremamente enfática sobre como estes atores se posicionam, afirma o texto que "a economia solidária é um projeto de desenvolvimento que visa a sustentabilidade, a justiça social e econômica e a democracia participativa" (ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA). Além disto, este é um texto muito claro quanto a uma visão predominante das organizações de economia solidária sobre o papel do Estado: "A Economia Solidária preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a participar da própria Sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos" (ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA).

É importante ressaltar que estas duas publicações, que se destacam por apresentar em espaços de divulgação e debate internacional a economia solidária, se apresentam em grande sintonia na visão que apresentam: uma visão do chamado cooperativismo autêntico e da disputa da prática solidária com a prática de empresas capitalistas, e mesmo disputa do Estado nacional.

Com tudo isto, não existe uniformidade em relação do que se pretende. Dentre uma pluralidade de expectativas que está presente em quem atua na economia solidária, o que parece certo é que todos desenvolvem um trabalho de "abrir as portas a transformações graduais em direções não capitalistas, criando enclaves de solidariedade" (SANTOS, 2002).

#### **4.2. Autogestão**

O gerenciamento do empreendimento solidário é feito de maneira autogestionária. Todos os membros da cooperativa são responsáveis pela tomada de decisões e pela sua

---

<sup>8</sup> As entidades que assinam o documento são: ANTEAG, Cáritas Brasileira, CUT/ADS, FASE, IBASE, PACS

administração. Ainda que a idéia seja aparentemente inofensiva, pois se pode, leigamente, relacioná-la com a participação acionária dos funcionários das empresas capitalistas, a autogestão talvez seja o ponto com potencial mais revolucionário da proposta cooperativa. Sem entrar em detalhes do funcionamento das empresas que dizem adotar o sistema de "co-gestão", participação acionária, ou alguma outra forma utilizada com o objetivo de aumentar a produtividade da empresa, os seus efeitos para o trabalhador nunca chegaram a alterar o seu status. A grande diferença entre uma empresa autogestionária e uma empresa que incentiva a participação dos trabalhadores (sem abandonar uma lógica de heterogestão), é que nestas os empregados não participam do capital da firma por igual, mas sim em uma proporção previamente delimitada, e, sobretudo, não participam da sua gestão (SINGER, 2002).

É inegável que houve uma melhora nas condições médias de vida da classe trabalhadora durante as últimas décadas. Acontece que nem os avanços do capitalismo, nem as experiências ditas socialistas, de estatização da produção, mudaram o status do trabalhador enquanto tal. O trabalho, e numa relação direta, a vida do trabalhador, é controlada e organizada pelo capital, que é quem toma as decisões em seu nome (TRATEMBERG, 1987).

Hoje convivemos com a realidade em que uma maioria vende sua força de trabalho, uma minoria controla os meios de produção e utiliza o Estado na defesa da sua condição. As causas e condições em que este processo acontece não cabem no propósito deste trabalho, mas é importante notar que o Estado atua fortemente no auxílio às firmas capitalistas, seja por meio de isenções fiscais ou pelo favorecimento na obtenção de crédito. Sendo assim, o reforço à hierarquização e heterogestão é feito implicitamente ou explicitamente pelo Estado, pela mídia, pela moral tradicional e por diversos setores da sociedade, mesmo por aqueles que são explorados, pois estes não são apenas alvo de coerção, mas também de persuasão pelos que os exploram (TRATEMBERG, 1987).

Começamos aqui a compreender algumas diferenças substantivas da proposta autogestionária, que ao defender que os trabalhadores decidam como devem se organizar, e como definem seus objetivos, implica na inversão de valores dominantes. A adoção da igualdade de condições de todas as pessoas para gerir seu trabalho leva a uma

transformação radical das relações humanas. Isto acontece, pois a experiência de gerir o próprio empreendimento, como acontece nas cooperativas, leva a um processo identificado por Tratemberg (1987) como de “autoconsciência” do homem.

“Esta autoconsciência manifesta-se através da compreensão que ele adquire do ambiente e de si próprio, na sua capacidade de dominar seu trabalho e as instituições que julgue necessário criar”.(TRATEMBERG, 1987, p.22).

Como indicamos que a autogestão não é tão simples como pensávamos, e que ela se diferencia do processo de participação dos funcionários das empresas capitalistas, bem como das experiências socialistas de economia centralizada, um primeiro desafio estaria em identificar uma experiência autogestionária. Sem citar diretamente as cooperativas, Tratemberg (1987) mais uma vez nos auxilia nesta tarefa, com uma definição precisa de ações autogestionárias, contrapostas a ações nocivas ou estéreis à autogestão<sup>9</sup>.

“É [autogestionária] uma ação que aumente a autonomia, a iniciativa, a participação real, a solidariedade, as tendências igualitárias e a auto-organização dos trabalhadores. Contrariamente a isso, ação nociva e estéril é tudo que reforça a passividade das massas, sua apatia, o cinismo, a estratificação hierárquica, sua alienação, transferir a terceiros o que as massas poderiam fazer por si mesmas, como também tudo que aumente a possibilidade de manipulação das massas por outros, abrangendo os que se proclamam atuar em defesa de seus interesses.” (TRATEMBERG, 1987, p.23).

A condição dos trabalhadores e a forma de gestão da empresa não mudam simplesmente pelo discurso adotado. Como vimos, são as ações e a prática da firma que nos dirão se ela é autogestionária ou não. Sempre que houver a manutenção de níveis sucessivos de autoridade, em que um nível detentor de mais poder, não for escolhido pela totalidade dos componentes do empreendimento, estará mantida a heterogestão.

<sup>9</sup> O fato de Tratemberg apresentar considerações tão profundas à autogestão sem relacioná-las ao cooperativismo talvez seja devido à época em que tais considerações foram feitas. Antes do período atual, cujo início convencionou-se que seja a década de 1990, em que está havendo no Brasil um forte impulso ao cooperativismo autêntico, as experiências de empresas “cooperativas” que havia no Brasil, principalmente no regime militar não eram, definitivamente, autogestionárias.

É importante notar que a autogestão em cooperativas maiores, com muitos cooperados possui características próprias. Quando os trabalhadores são em grande número, os mesmos possuem mais dificuldade de se reunirem e discutirem em assembléias gerais, do que pequenos grupos. Isto, no entanto, não retira da assembléia geral a condição de órgão máximo de tomada de decisão. As assembléias, que serão convocadas menos vezes, devem definir, nestes casos, as diretrizes que serão seguidas pela instância seguinte de decisão. São eleitos delegados em proporções previamente definidas (ex: um delegado para cada 10 trabalhadores) para constituírem a próxima instância de decisão. As decisões a serem tomadas aí devem seguir diretrizes da assembléia geral, e os delegados devem manter todos os cooperados informados das pautas e das decisões das suas reuniões.

O maior problema enfrentado, tanto para as pequenas, quanto para as grandes cooperativas está relacionado ao desinteresse dos seus membros em participar da gestão (SINGER, 2002a). Estamos acostumados a desempenhar apenas as funções nas quais somos mais qualificados. Assim, tendemos a considerar que o nosso trabalho consiste apenas naquela tarefa que desempenhamos pontualmente em uma organização. Temos resistência a nos esforçar por questões gerais do negócio às quais é mais simples deixar para um administrador fazer-lo. A busca do menor esforço é grande causa de fracasso dos empreendimentos solidários, ou da sua transformação em empresas capitalistas (SINGER, 2002a). Dedicar o seu tempo após o expediente para reuniões que objetivam discutir condições de aquisição de equipamentos, critérios de remuneração e qualquer outra necessidade da cooperativa é muitas vezes cansativo e demorado. Igualmente complicado é haver condições e aceitação para aquilo que consideramos mais adequado à proposta autogestionária: a realização de assembléias e reuniões durante o expediente de trabalho, inseridas no processo de produção. A compreensão de que aquele comprometimento é parte de uma luta por um outro modo de produção, promotor de desenvolvimento humano, pode ser o elemento necessário para que a autogestão não pareça cansativa e desmotivante aos cooperados. Pelo contrário, a prática libertária da autogestão deve ser fator realizador, tornando os cooperados mais autoconfiantes e seguros. A afirmação de um cooperado da Cooperminas de que a transparência gera necessariamente a confiança, e de que sem isto não se chega muito longe, é representativa da necessidade da participação (ANTEAG, 2000). Este prazer em participar do processo solidário é razão pela qual a proposta



cooperativista na economia solidária não deve ser encarada na perspectiva de alternativa momentânea ao desemprego, e sim como solução para uma interação democrática dos seus membros (SINGER, 2002a).

### **4.3. Atores da Economia Solidária**

Entre as entidades que promovem, difundem e acumulam conhecimento sobre a economia solidária, é preciso que se destaque a atuação de diferentes setores da sociedade. Universidades, sindicatos, a Igreja Católica, entidades da sociedade civil, possuem grupos atuantes na economia solidária. Como dissemos anteriormente, citaremos aqui apenas algumas entidades identificadas que se pautam na autogestão para delimitar suas ações. A falta de qualquer outra entidade que não esteja listada aqui se deve ao fato de que, novamente, outros trabalhos existentes já possuem excelentes mapeamentos das entidades brasileiras que atuam na economia solidária (ver SINGER e SOUZA, 2000 e SINGER, 2002b). O que pretendemos, com este breve quadro atual, é mapear e compreender quais são os principais caminhos para a formação de cooperativas. Indo além disto, é preciso compreender como o combate à pobreza está diretamente ligado ao fortalecimento das instituições da economia solidária ao crescimento de cooperativas autênticas.

Uma relação dos setores da sociedade civil, responsáveis pela recente retomada da economia solidária, provavelmente encontrará na Igreja Católica seus registros mais antigos. Segundo Singer (2002), a Cáritas Brasileira, entidade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi protagonista de uma mudança de ênfase na sua atuação ao longo dos últimos cinquenta anos. Se no início o assistencialismo era sua principal atuação junto aos pobres, ao longo do tempo a entidade formulou a tese da "liberdade libertadora". A Cáritas optou, provavelmente de forma pioneira, por combater a pobreza por meio do financiamento das próprias iniciativas das comunidades. Ainda nos anos 80, os Projetos Alternativos Comunitários (PAC), financiados pela Cáritas se espalharam pelo país, dando início a diversas cooperativas e associações comunitárias (SINGER, 2002b). Atualmente, a Cáritas mantém a mesma filosofia, integrando diversos fóruns de discussão sobre economia solidária.



Outra entidade que se encontra entre as pioneiras com atuação fortemente voltada para a economia solidária, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que já em 1990 havia criado o Sistema Cooperativista dos Assentados. O planejamento e a organização própria do MST possibilitaram, ainda nesta época, a sua articulação em uma rede de relações solidárias entre cooperativas de produção agropecuária, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito entre os assentados (SINGER, 2002b). Vale lembrar que diversos PAC's da Cáritas aconteceram em assentamentos do MST, adiantando um dos princípios do cooperativismo apresentados, e sobre o qual faremos mais considerações adiante: a cooperação entre as entidades de difusão das alternativas solidárias. O MST permanece sendo a grande referência de autenticidade e viabilidade das cooperativas agrícolas.

A crise econômica do início dos anos 90 fez com que diversas empresas em processo falimentar fossem tomadas pelos próprios trabalhadores. No início de forma dispersa e desorientada, estas experiências com o tempo se organizaram e deram origem a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG). Esta entidade se destaca por propagar a autogestão entre os funcionários de empresas falimentares, e por auxilia-los na formação de cooperativas. A ANTEAG define a sua missão como sendo a de "promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários de produção industrial, que contribuam para criar e recriar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e a formação do trabalhador, estimulando ações solidárias e fraternas, e representando empresas autogestionárias" (ANTEAG, 2000).

Um dos setores que apresentava grandes resistências à formação de cooperativas era o movimento sindical. Uma das causas desta grande resistência é, muito provavelmente, o histórico de "coopergatos" usados para terceirizar, flexibilizar e precarizar o trabalho. Nos últimos anos, no entanto, ações concretas vêm sendo tomadas por setores do movimento sindical de forma a fomentar a economia solidária. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS tem grande destaque neste campo e vem se tornando referência pelo seu trabalho de discussão, acúmulo de conhecimento e implementação de cooperativas de crédito. Mesmo apostando em ações de mais amplo alcance, a ADS também se mantém atuando junto a pequenos

grupos de trabalhadores que atuam cooperativamente em atividades marginalizadas, como é o caso dos catadores de material reciclável na região metropolitana de São Paulo.

Estes grupos formam, juntamente com a rede de ITCPs, que será apresentada no ponto 4.4, uma boa amostra de que, em praticamente todos os tipos de negócio, no campo ou na cidade, existem entidades que apóiam e auxiliam na formação de empreendimentos solidários. As discussões e atividades que congregam estas entidades são momentos privilegiados de fazer relação entre os problemas comuns, apontar possíveis soluções e definir estratégias em conjunto. O trabalho em conjunto é importante, pois possibilita a socialização de aprimoramentos técnicos e didáticos que tornam as propostas cooperativistas mais autênticas e mais efetivas (SINGER, 2002b).

É bem verdade que problemas pontuais e pessoais muitas vezes parecem inviabilizar parcerias mais efetivas. No dia-a-dia das redes que atuam com economia solidária, a preocupação com a autenticidade do trabalho com cooperativismo é muitas vezes um argumento forte o bastante para encobrir desavenças pessoais, questões sobre autoria dos projetos e outras diferenças entre os atores. É bastante comum, por exemplo, que o depoimento individual de alguém que trabalha com cooperativismo, a respeito de uma entidade da economia solidária, seja baseado nas suas experiências e opinião sobre uma determinada pessoa que "fez tal coisa". O vínculo institucional e o contato com um conjunto mais amplo dos membros das diversas instituições são importantes neste momento, pois reforçam a identidade entre os trabalhos e valores desenvolvidos, o que supera as diferenças pessoais e pontuais<sup>10</sup>.

Uma conclusão que emerge do momento atual da maioria destas instituições é que, ainda que a origem da maioria delas esteja fortemente ligada ao auxílio a comunidades carentes ou ao combate à pobreza, as atividades hoje desenvolvidas não estão restritas a isso. Longe de ser o caso de ter havido um abandono do combate à pobreza e à exclusão, a importância dada ao papel da economia solidária em cada uma destas organizações é outra nos dias de hoje. A criação de cooperativas atuando em diversos segmentos por pessoas nas mais distintas condições, o número cada vez maior de palestras e debates sobre o tema, e a

---

<sup>10</sup> Tema interessante para pesquisas futuras é justamente o fato de as parcerias institucionais legalizadas na economia solidária parecerem muito mais efetivas do que as parcerias entre empresas capitalistas. Talvez isto aconteça pelo maior envolvimento e compreensão do conjunto dos membros das instituições na decisão sobre aquela parceria.

evolução das publicações sobre o tema, indicam que, aliado ao compromisso de libertar-se da pobreza por meio da solidariedade, hoje é necessário que a economia solidária se consolide como um sistema alternativo que supere o sistema capitalista (SINGER, 2002a). Este ideal é hoje bastante reconhecido, ainda assim, como já foi apontado esta não é a noção dominante de grande parcela dos que procuram a formação de cooperativas para garantir a geração de alguma renda. Quanto às entidades que fomentam o cooperativismo, aí sim a proposta de sistema alternativo e superior ao capitalismo ganha força e se sustenta. As considerações feitas pela ANTEAG deixam muito clara esta posição, quando reconhecem que tanto a própria instituição ANTEAG, quando os grupos que ela representa “nascem do desespero e da falta de alternativas com o crescente número de trabalhadores de empresas em fase de encerramento ou terceirização de suas atividades” (ANTEAG, 2000). Porém, uma vez reconhecido que o intuito primeiro é o de construir coletivamente uma alternativa, não fundada em projetos prontos e acabados, a ANTEAG define sua proposta atual como “de construção de um modelo de profunda sensibilidade humana, de resgatar trabalho e renda, de poder”, e ainda afirma que “falar da ANTEAG é falar de um projeto de sociedade” (ANTEAG, 2000). O conhecimento adquirido a partir de um conjunto maior de experiências práticas e do referencial teórico sobre o tema, presentes em quem trabalha nestas entidades, devem ser levados em consideração na reflexão sobre tal afirmação.

#### **4.4. ITCPs**

O surgimento da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), nos remete a um amplo movimento da primeira metade dos anos de 1990. A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV), conhecida pelo envolvimento do sociólogo Betinho, possuía entre os componentes da sua secretaria executiva nacional a Cáritas, junto a outras entidades. Singer (2002b) destaca que a Ação da Cidadania passou, em um curtíssimo espaço de tempo de aproximadamente três anos, pelo mesmo processo que havia passado a Cáritas ao longo de quase cinquenta anos. As ações, inicialmente de caráter assistencial passaram a priorizar a geração de trabalho e renda. Com o tempo, a Ação da Cidadania parece ter perdido o seu imenso poder de apoio e

mobilização. Ainda assim, entre os resultados mais concretos da sua ação, destacamos o surgimento da cooperativa de Manguinhos, que contou com a participação de duas universidades, a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, e a Universidade Federal de Santa Maria. A primeira, ao assumir sua responsabilidade de atuar junto à comunidade em que estava inserida, entrou em contato com a UFSM, que possui um curso de cooperativismo, para que se formasse uma cooperativa com os moradores daquela região. Assim começou mais diretamente a atuação das universidades na economia solidária, por meio da criação da primeira ITCP, na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) (SINGER, 2000 e BOCAYUVA, 2001).

A ITCP da Coppe/UFRJ iniciou, com as suas atividades, a promoção de novas alternativas à geração de trabalho e renda, apoiando as comunidades na formação de cooperativas. Atuando por meio da extensão universitária, o objetivo inicial era combater o desemprego, a pobreza e a exclusão. A inovação das práticas que serão expostas a seguir fizeram com que fosse gerado um debate de políticas públicas e práticas do futuro do trabalho, o que se espalhou, e difundiu a criação de ITCPs (BOCAYUVA, 2001). Temos hoje 14 ITCPs universitárias, sendo que este número vem crescendo bastante, e não sabemos ao certo quantas incubadoras estão em processo de formação. As incubadoras formam uma rede que se reúne com o objetivo de trocar experiências e debater metodologias e posicionamentos políticos. Merece destaque também a filiação das incubadoras na Fundação Unitrabalho. Esta rede se propõe a ser um vínculo, na sociedade brasileira, da universidade no seu diálogo com os trabalhadores (UNITRABALHO, 1998). A opção pelos trabalhadores fez com que, uma das linhas de atuação da Unitrabalho fosse, justamente, a economia solidária.

O envolvimento das universidades representa a oportunidade de se criar ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a construção de uma alternativa solidária. Este ensino comprometido capacita novas pessoas a trabalhar de forma autêntica e efetiva na economia solidária. A pesquisa das ITCPs sobre o tema sistematiza os debates e avaliações sobre as experiências em curso, melhorando os elementos disponíveis para novos empreendimentos. A extensão é a oportunidade de trabalhar em nome da universidade, devolvendo à comunidade os conhecimentos adquiridos (SINGER, 2002). As ITCPs

procuram realizar todas estas atividades, sendo fundamental o trabalho de extensão, que é realizado no processo de incubagem de novas cooperativas.

Antes de apresentar mais sobre o trabalho das ITCPs, é importante que se discuta qual é o seu significado no contexto atual do ensino superior. A relação entre a universidade e o mundo do trabalho é clara (UNITRABALHO, 1998), podendo se firmar tanto numa relação de simples fornecimento de mão-de-obra, como numa relação de reflexão crítica, na qual a universidade procure contribuir na formação de cidadãos comprometidos com a correção de desvios cometidos pelo mercado ou pelo poder público. É nítido que hoje a relação está predominantemente invertida, sendo o mercado quem determina como deve ser o ensino das universidades, e não as universidades que pensam em como deveria ser o mercado. O ensino e o ambiente acadêmico estão reproduzindo a lógica econômica hegemônica. Um dos problemas disso, é que não se verificam quais as situações que permitem a aplicação da lógica empresarial, e não se questiona se os resultados que se busca são atingidos por esta lógica e, principalmente, não se questionam os objetivos. Ainda mais, não se dá importância para as conseqüências sociais deste ensino direcionado unilateralmente. É daí que vem a importância de iniciativas como da Unitrabalho e das ITCPs universitárias discutir internamente qual é o seu papel. Se for o de combater a situação atual, sendo esta a situação descrita acima, então as ITCPs executam uma função fundamental para a sociedade.

O processo de incubagem é um processo, antes de tudo, pedagógico. Qualquer tentativa de descrição das etapas do processo de incubagem é bastante arriscada. Prioriza-se que as ITCPs sejam multidisciplinares, ou seja, que alunos e professores de diferentes áreas atuem. Isto porque diferentes saberes acadêmicos seriam estimulados a desenvolver novas habilidades, solidárias. Ainda que a ITCP-GV não possa ser multidisciplinar, pois o curso da FGV-EAESP é apenas de administração, é clara pela experiência como membro, a necessidade de trabalhar na ITCP questões que vão de pedagogia e psicologia até questões mais técnicas como contabilidade e legislação. Em que momento cada uma destas questões é abordada, depende sempre do grupo que está sendo incubado. Isto porque este grupo integra o processo com o acúmulo de todo o seu saber, que se insere no processo em um ritmo próprio e com prioridades muitas vezes distintas. Ainda assim, podemos dizer que, de maneira geral, o processo de incubagem envolve: formação contínua dos membros da ITCP



responsáveis pela incubagem; formação do grupo a ser incubado (o “ser grupo”); identificação das demandas do grupo; análise da viabilidade econômica da cooperativa; aperfeiçoamento do cooperativismo ali praticado; pesquisa e acompanhamento do grupo (BOCAYUVA,). Estas etapas não são lineares e nem totalmente distintas uma da outra. Tudo isto provoca uma dificuldade inicial das ITCPs em trabalhar com prazos para o final da incubagem, que só deveriam acontecer com a emancipação total da cooperativa. Como a absoluta independência é bastante difícil de acontecer em muitas situações, as incubadoras procuram ao máximo possibilitar que o grupo esteja ciente de quais são suas maiores ameaças e possa agir por conta própria para se precaver.

As ITCPs, em sua maioria, procuram seguir os mesmos princípios que uma cooperativa deve seguir nas suas atividades. Assim, no seu funcionamento interno, as incubadoras são espaços de livre entrada e permanência de alunos, professores e funcionários das IES (Instituições de Ensino Superior). Na ITCP-GV as decisões são tomadas coletivamente, com base no princípio de uma pessoa, um voto. O seu funcionamento abrange tanto o trabalho de incubagem, como a formação interna dos membros da incubadora e a participação em movimentos de economia solidária. É dada liberdade para os membros integrarem os projetos que estiverem dispostos a assumir. A responsabilidade assumida perante o grupo não é cobrada individualmente, mas coletivamente. Isto é feito pelos demais envolvidos no projeto, sendo que todos da incubadora têm acesso ao desenvolvimento das atividades, seja pelas atas de reunião ou pelos informes passados na reunião geral da ITCP-GV, realizada semanalmente.

## **5. Depoimentos**

A tomada de depoimentos foi pensada para se relacionar a experiência dos cooperados com as propostas da economia solidária. Até aqui, foram apresentadas partes de um quadro amplo de economia solidária e cooperativismo, baseado nas publicações de autores ou entidades que fomentam, apóiam e trabalham de forma autogestionária. Estes atores, ainda que estejam diretamente envolvidos com o tema, não são, necessariamente organizados como cooperativas. Isto torna necessária essa tomada de depoimentos, com a intenção de confirmar ou apontar conflitos nos caminhos que vem tomando a economia



solidária, segundo a descrição feita por várias das redes que atuam com o tema. Para que haja um maior diálogo entre os depoimentos de cooperados e a forma que apresentamos o cooperativismo, escolhemos dois exemplos de cooperativas em funcionamento que estão sendo incubadas por incubadoras universitárias.

O primeiro empreendimento visitado foi a Cooperativa da Comida<sup>11</sup>, restaurante localizado no campus de uma universidade em São Paulo. O depoimento de três cooperadas, no próprio restaurante foi importante também pela observação da prática do trabalho na cooperativa.

A Cooperativa da Comida foi formada no início do ano 2000, quando os funcionários do restaurante (que já ocupavam aquele espaço), depois de meses sem receber salário da dona do restaurante, procuraram o Diretório Central dos Estudantes daquela universidade. Esta entidade estudantil era a proprietária do espaço, sendo que a dona do restaurante lhes pagava aluguel.

As cooperadas contam que foram procurar os estudantes para que eles pressionassem a dona do restaurante a lhes pagar os salários. Elas afirmam que os funcionários não podiam fazê-lo, pois eram humilhados e temiam perder o emprego. Os estudantes, não obtendo sucesso nas negociações com a antiga dona procuraram, então, a ITCP daquela universidade.

Ao falar da ITCP todas as cooperadas demonstram grande reconhecimento pelo auxílio prestado. As cooperadas afirmam que não conheciam o cooperativismo, e assim não haviam pensado na criação de uma cooperativa como possibilidade de trabalho. Inicialmente todos os cooperados freqüentaram um curso de formação em cooperativismo da ITCP. Todos estavam muito interessados em garantir o próprio emprego. As diversas dívidas e a tomada de conhecimento sobre diversas práticas ilícitas da antiga dona do restaurante fizeram os então funcionários optarem de vez por tornarem-se cooperados. Segundo as cooperadas, neste processo apenas dois dos antigos funcionários não quiseram permanecer no grupo.

O depoimento indica que o envolvimento de todos era muito grande no início da cooperativa, o que parece ter resultado, entre outras coisas, em um estatuto que elas dizem

---

<sup>11</sup> Os nomes das cooperativas foram alterados, para preservar a privacidade dos grupos e das pessoas.

ser “ótimo” e “muito elogiado por todos”<sup>12</sup>. Outra grande vantagem que a cooperativa trouxe foi uma melhora financeira. Segundo as cooperadas, a administração pelos próprios funcionários permitiu não só retiradas maiores do que os antigos salários, como a cooperativa até assumiu o pagamento de dívidas trabalhistas da antiga dona. Outras vantagens como não faltar vale transporte também foram citados.

O trabalho contábil da cooperativa passou a ser feito por um grupo maior de pessoas do que com a antiga dona. Ainda assim, as cooperadas afirmam que não existe rotatividade de todas as funções porque segundo as mesmas, os “dons de cada um são diferentes”. Com esta afirmação elas parecem ter aberto mão de efetivar o princípio de formação e educação do cooperado na sua forma mais solidária: um cooperado capacitando o outro para realizar as suas funções.

O momento de formação da cooperativa foi muito pouco comentado pelas cooperadas, que preferiram fazer críticas ao momento atual da cooperativa. Invariavelmente, as queixas diziam respeito ao comportamento dos demais cooperados. Ao que parece, após o período de formação da cooperativa, em que houve grande envolvimento de todos do grupo, mas também muito desgaste na relação entre os cooperados, uma parte se desinteressou da cooperativa. As cooperadas afirmam que já faz muito tempo que não fazem reunião, e que as últimas foram muito esvaziadas.

Algumas inconsistências no discurso das cooperadas pareciam decorrer da frustração com o momento atual. Uma das cooperadas que afirmava que “o cooperativismo era uma coisa muito boa” dizia também que “tinha que ter patrão” e que por isso estava procurando emprego. Esta mesma cooperada concluiu que “a cooperativa é muito boa, mas é muito difícil”. As outras duas cooperadas também faziam críticas ao comportamento dos colegas, porém não disseram estar dispostas a sair da cooperativa. Estas duas diziam que o que precisava era “alguém de fora para mandar, mas não um dono porque senão vira ‘coopergato’”.

Na tentativa de compreender o que havia levado algumas pessoas a se desinteressarem na cooperativa, elas indicaram que durante a formação da cooperativa foram feitas muitas acusações entre eles e houve um grande desgaste das pessoas no processo, levando alguns ao desinteresse em participar. As pessoas que optavam por se

---

<sup>12</sup> De agora em diante, a fala das cooperadas está sendo reproduzida fielmente quando forem usadas aspas.

afastar da prática dos direitos e deveres de um cooperado (como freqüentar as reuniões), prejudicando as demais, que iam a reuniões onde não havia quorum. Teria ficado evidente então a dependência entre todos no grupo. É importante notar que a melhora financeira e a segurança no emprego não são citadas como uma vantagem tão grande em comparação a estes problemas.

Na avaliação do processo, elas diziam que muitas brigas que aconteceram na cooperativa foram boas porque as tinham possibilitado de "chegar até ali trabalhando", ou seja, garantiram seu trabalho e renda. A queixa, porém, era de que se chegou em um ponto em que, muitas vezes elas não sabem o que fazer. Quando se chama uma reunião, não há quorum, e quando uma tarefa é executada por conta própria, os colegas reclamam que não foi decidido em reunião. Neste caso as cooperadas contam que os colegas dizem que "tal pessoa pensa que agora é o patrão". Isto indica que, mesmo com o questionamento decorrente da falta de participação dos colegas, os mesmos internalizaram fortemente certos princípios. Ainda que não nos caiba tentar um diagnóstico desta cooperativa, é nítido que o grupo perdeu uma identificação em comum que havia no início do empreendimento (a luta para garantir o emprego e contra a antiga dona do restaurante).

O comportamento diferenciado, que creditamos à vivência cooperativa, se confirma por outras afirmações de interesse das cooperadas no futuro do empreendimento, como ficou claro na colocação em que uma cooperada pedia uma reunião com os colegas para saber a opinião do grupo sobre uma reforma que se pretende fazer no espaço do restaurante. A mudança da prática fica ainda mais evidente se observarmos as próprias condições em que foram realizados os depoimentos: a primeira cooperada convidada a falar chamou as colegas que estavam no balcão da cooperativa para falarem junto. Como o balcão ficou vazio, sempre que um cliente entrava na cooperativa, a cooperada que não estivesse falando era a que se deslocava para atendê-lo.

A breve sistematização do depoimento tomado na Cooperativa da Comida<sup>13</sup>, em relação à bibliografia utilizada, traz uma série de elementos que merecem ser comentados. A motivação inicial do grupo que veio a formar a cooperativa foi claramente a de receber seus salários e manter o emprego. Este grupo realizou um curso de cooperativismo da ITCP e decidiu formar uma cooperativa. O cuidado da ITCP com a autenticidade do

---

<sup>13</sup> Na conclusão os depoimentos serão analisados com base no referencial teórico apresentado anteriormente.

empreendimento foi reproduzido pelos cooperados, como visto na fala sobre coopergatos de uma das cooperadas, o que indica uma percepção da sua importância. O engajamento de todo o grupo foi fundamental para o início da cooperativa. A viabilidade do empreendimento foi confirmada pelo aumento na remuneração dos membros e quitação das dívidas.

A dificuldade colocada em diversos autores (ver SINGER, 2002a e ANTEAG, 2000), de se romper com a cultura heterogestionária está presente nas dificuldades atuais da cooperativa. A autogestão trouxe a necessidade de que os membros ficassem expostos aos seus colegas, que deveriam também fiscalizar o trabalho. Isto fez surgirem diversas intrigas e críticas que afastaram os cooperados das reuniões. Com o trabalho na cooperativa, não foi citada nenhuma reclamação quanto à remuneração ou insegurança, a não ser quanto à inexistência de direitos trabalhistas como o 13º salário, que na cooperativa pode vir por meio de um fundo especial, inexistente neste caso.

O comportamento das cooperadas que prestaram o seu depoimento era muito distinto do que foi descrito pelas mesmas sobre seus companheiros. A defesa da cooperativa feita em certos momentos era a mesma utilizada pelas ITCPs e por outros atores de economia solidária, dispostos a encarar aquilo como um projeto maior. O que parece ter acontecido foi que parte dos cooperados se satisfaz com o objetivo inicial de garantir o emprego, não tendo renovado seus objetivos. Como nem todos parecem permanecer com o mesmo ânimo, a cooperativa corre o risco, caso não corrija desvios da prática autogestionária, de perder membros ou tornar-se uma empresa.

A Cooperativa do Brilho (serviços gerais<sup>14</sup>), segundo empreendimento onde foram tomados depoimentos dos membros, também passou pela incubagem de uma ITCP universitária<sup>15</sup>. Na origem desta cooperativa, os desempregados de duas comunidades pobres localizadas ao redor da universidade foram procurados pela recém formada ITCP, no ano de 1999. O interesse, no início, foi muito grande, tendo sido realizado um curso de cooperativismo com mais de 80 inscritos. A desconfiança, por sua vez, também existia, em

<sup>14</sup> É importante destacar que hoje em dia a Junta Comercial não permite mais a legalização de cooperativas de serviços gerais, porque diversas “coopergatos” se registravam desta forma. A Cooperativa do Brilho, no entanto, é anterior a esta orientação.

<sup>15</sup> É importante saber que esta é a primeira cooperativa incubada por esta ITCP, e está instalada no mesmo galpão ocupado pela incubadora. Este fato leva as cooperadas a concluírem que eles foram cobaias, e

decorrência de um histórico recente em que, sempre que a universidade se aproximava daquelas comunidades, lhe eram fornecidos os dados necessários para suas pesquisas, e, em seguida, a universidade voltava a abandonar as comunidades.

No depoimento tomado de duas cooperadas, foi possível obter muito mais elementos sobre a passagem entre o início da cooperativa até o momento atual com muito mais clareza que do na Cooperativa da Comida. As cooperadas contaram que a idéia de formar a cooperativa surgiu antes do final do curso de cooperativismo. A ITCP se ofereceu para incubar o grupo da cooperativa, que no início chegou a ter 44 membros, sendo que hoje são 28 cooperados. Formada por pessoas com as mais diversas experiências profissionais, o primeiro contrato de prestação de serviços de jardinagem foi mais o resultado de uma oportunidade pontual do que o resultado de reflexão do grupo. Neste primeiro serviço, todos os cooperados buscaram capacitação para a jardinagem, ainda que hoje a cooperativa do Brilho seja de serviços gerais.

Uma série de acontecimentos marcante, do início da cooperativa, é lembrada com muito entusiasmo e, talvez, com um certo orgulho pelas cooperadas. No primeiro contrato firmado pela cooperativa, por exemplo, elas contam que "primeiro morreu o parente de um dos cooperados, e nós decidimos dar para esta pessoa todo o dinheiro dos fundos da cooperativa; depois, como o contrato previa 15 trabalhadores e tínhamos 16 pessoas para trabalhar, as duas cooperadas que entraram por último decidiram dividir a remuneração". Este tipo de recordação foi reforçado ao longo de toda a conversa com as duas cooperadas. Elas lembram das dificuldades iniciais dizendo que "muitas das cooperadas mulheres apanhavam do marido quando chegavam tarde por causa das reuniões. Aí, todas se ajudavam". Isto ganha importância se destacarmos que no depoimento da Cooperativa da Comida não foram lembrados os fatos marcantes da cooperativa, mesmo sendo ela mais recente.

Muitos dos fundadores da Cooperativa do Brilho acabaram se afastando do empreendimento. Uma das entrevistadas conta que ela própria já se afastou por problemas pessoais. Segundo ela, a maioria dos que se afastaram foi por questões pessoais, mesmo com todas as brigas, discussões e momentos difíceis da cooperativa. Elas acreditam que as dificuldades pessoais influem muito no grupo. O amadurecimento das pessoas no processo

---

afirmarem que "até algum tempo atrás não agüentávamos mais dar entrevistas", dada a grande procura



de formação do empreendimento está presente na fala das cooperadas. Atualmente, por exemplo, elas informam que o presidente eleito está sendo afastado por "incompetência", e uma nova diretoria deverá ser empossada. Questionadas se este ato não teria consequências na relação entre os membros, as cooperadas afirmam que "é necessário separar questões políticas e técnicas das questões pessoais", e dizem que o presidente afastado volta a ser um cooperado como todos os outros.

A relação da cooperativa com a ITCP parece manter algumas questões mal resolvidas, o que deve ser natural sendo esta a primeira cooperativa incubada e havendo o desgaste de ocuparem o mesmo espaço. Mesmo mantendo o reconhecimento pela iniciativa da ITCP de ter procurado o grupo, as cooperadas dizem que nos momentos em que mais foi necessário, elas não puderam contar com os incubadores. Com tudo isto, elas concluem a avaliação sobre a incubadora dizendo que o importante teria sido o "aprendizado mútuo" da cooperativa e da ITCP. A expressão utilizada é muito comum nas próprias ITCPs, quando se referem ao processo de incubagem.

Mesmo demonstrando contentamento com o estágio atual do empreendimento, as cooperadas dizem haver sempre um risco à continuidade da cooperativa. Ainda que não se tenha aprofundado este tema, ficou entendido que isso decorria da grande influência dos problemas pessoais de cada cooperado em relação ao grupo. Neste ponto, quando se questionou sobre o que fariam se a cooperativa acabasse, uma delas afirmou que procuraria outra cooperativa para trabalhar, pois "mesmo me desligando deste grupo, não consigo mais ficar fora de uma cooperativa". A defesa do cooperativismo que decorreu daí, afirmava ter havido uma ampliação dos espaços sociais, melhorias culturais, "mais inteligência", e uma elevação na auto-estima das pessoas, desde que passaram a trabalhar na cooperativa.

Finalizando o depoimento, as cooperadas disseram que o negócio vai bem. Elas explicam que isto não indica um aumento significativo da renda de cada um, mas que a retirada igualitária da cooperativa lhes permite uma vida melhor. Apontando para papéis fixados da parede elas contam que a cooperativa é muito procurada por pessoas que querem tornar-se membros. Sempre que possível, é organizado um curso de cooperativismo dado por eles próprios, nos quais ingressam novos cooperados. Por fim, a Cooperativa do Brilho

---

daqueles que buscavam conhecer a cooperativa.

integra diversos fóruns de discussão e participa com representantes em vários eventos de economia solidária, já tendo mandado um membro até para Cuba, como afirmam contentes as cooperadas.

## **6. Conclusão**

Na cidade de São Paulo existe uma enorme parcela da população sofrendo graves privações. O desemprego, as péssimas condições de vida, a falta de oportunidades para o desenvolvimento as tornam desprotegidas e dispostas a enfrentar situações nas quais não se sentem seguras, se isto puder significar algum dinheiro para as despesas emergenciais. A condição de vida destas pessoas, condensada num amplo significado da palavra pobreza (ABRANCHES, 1994), foi o que motivou o estudo de cooperativas populares, e de algumas das organizações que atuam com economia solidária. Graças ao importante papel destas entidades, mesmo não sendo uma das preocupações mais presentes no início da pesquisa, a análise das razões da pobreza, por ser muito presente nos debates e prática das entidades, acabou permeando todo este trabalho. Muitas das questões que estavam colocadas no início da pesquisa foram abandonadas (conforme outras se mostravam mais importantes), porém a preocupação de como é feita a opção pelo cooperativismo, e em quais condições esta opção se concretiza, ganhou um espaço central nas conclusões da pesquisa.

O cooperativismo se consolida como opção de trabalho e renda de forma quase ocasional, auxiliado pela fragilidade de grupos que vivem em condições de pobreza, e precisam encontrar uma fonte de renda. Isto está claro e encontrou respaldo em diversas publicações utilizadas (ANTEAG, 2000; BOCAYUVA, 2001; SINGER, 2002a; UNITRABALHO, 1998), e nas duas visitas às cooperativas. As entidades de fomento da economia solidária são as grandes responsáveis pela forma com que este "acaso" se concretiza. No início, as próprias entidades procuravam comunidades e grupos que lhes pareciam demandantes de orientação quanto ao cooperativismo. Hoje a demanda de diversos grupos, que de alguma forma tomam contato com a existência destas organizações, é tão grande que não se consegue atender a todos.

De toda forma, o que se procura é resolver um problema sério e imediato vivenciado por todos os membros do grupo. O curso de cooperativismo, ou os primeiros contatos com

algum dos atores da economia solidária apresentam uma saída conhecida por poucos que é a formação de cooperativas populares. Uma condição de trabalho diferente daquela com carteira assinada ou na informalidade, a cooperativa se mostra com diversos pontos positivos e também dificuldades. Antes destes pontos, porém, é importante notar que, no contato das comunidades com os atores da economia solidária, existem dois objetivos em princípio bastante distintos. Como foi dito anteriormente, o objetivo dos grupos é encontrar uma atividade que lhes garanta a renda necessária para suas necessidades emergenciais. O objetivo de grande parte das entidades que atuam no fomento a economia solidária, no entanto, é o de confrontar o sistema capitalista pela construção e viabilização de uma alternativa solidária que o supere (SINGER, 2002a). O direcionamento das suas atividades para este mesmo objetivo foi encontrado, em diferentes intensidades, em publicações e nos eventos promovidos para discussão entre várias destas entidades<sup>16</sup>.

Do contato inicial, grande parte dos grupos que optam pela formação de cooperativas de produção e serviços, acaba viabilizando seu empreendimento. A experiência das ITCPs, por exemplo, mostra que o processo de incubagem obtém bons resultados, com a formação de diversas cooperativas. O processo pedagógico de formação de novos empreendimentos não possui uma linearidade que permita a identificação dos pontos em que a incubagem está mais avançada, ou onde encontra maiores problemas. Ainda assim, muito conhecimento vem sendo acumulado pelos diversos atores, que costumam debatê-los em conjunto, de forma a coletiviza-lo. As entidades que atuam com economia solidária e cooperativismo têm demonstrado uma grande capacidade de formação de cooperativas autênticas.

A superação que acontece quando um grupo forma uma cooperativa, do objetivo inicial de garantia de trabalho e renda, passa pela assimilação da autogestão. Os passos iniciais do empreendimento costumam ser muito difíceis e dependem do empenho de todos. É natural, por exemplo, que para conseguir produzir um estatuto da cooperativa e sejam tomadas as primeiras decisões (sobre remuneração, escala de trabalho, etc.), que grandes discussões e disputas aconteçam entre o grupo de cooperados. Isto acontece nas cooperativas porque a autogestão exige que as diferenças entre as pessoas sejam explicitadas e resolvidas coletivamente. O grande problema é não haver o hábito da

---

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (2002)

participação. A classificação utilizada por Tratemberg (1987), deixa bastante claro que as ações tomadas no mundo do trabalho são, quase em sua totalidade, nocivas à autogestão. Indo mais além, segundo a definição de Sen (2000), a falta de participação, entre as populações pobres se expande para todas as esferas, pois eles não tem liberdade para participar da sociedade, por exemplo, nos espaços de participação política que são previstos. O reflexo imediato desta situação, na formação de cooperativas populares, é que os grupos são capazes de se unir em torno de um objetivo comum e construir um empreendimento basicamente por conta própria, apenas com a orientação e informação fornecidas pelas entidades de fomento. Os mesmos grupos, no entanto, podem abandonar o que construíram, levando ao fim da cooperativa.

O que acontece é que a prática inicial da autogestão consegue, muitas vezes, tornar o negócio viável economicamente. Não é o caso, no entanto, de que a formação da cooperativa represente um contínuo e seguro aumento da renda dos seus cooperados. A remuneração permanece, com pequenas variações, dentro dos padrões do mercado de trabalho assalariado, na maioria das vezes<sup>17</sup>. O início da cooperativa traz todo um desgaste na relação entre os seus membros (por não haver o costume da participação), que pode levá-los a perder a identificação que existia entre eles. Isto pode ser uma séria ameaça à continuidade da cooperativa, como vimos no caso da Cooperativa da Comida.

De tudo isso o que parece fundamental é que o grupo mantenha sempre presente aquilo que os une, os identifica. Este resgate colabora na construção de uma cultura solidária que naquele grupo se coloque de maneira mais forte do que a cultura competitiva e hierarquizada da nossa sociedade. Outro ponto muito importante é a renovação dos objetivos do grupo. A partir do momento em que um grupo tenha provado que pode obter grandes conquistas por conta própria, como acontece no início das atividades da cooperativa, potencialmente existe condição para que novas metas coletivas sejam traçadas e buscadas. Isto, porém, só aconteceria se o grupo realmente considerar que vale a pena o processo cooperativo. Daí a importância, mais uma vez, de uma nova cultura nas relações de trabalho, na qual se estabeleça como prazerosa a participação em reuniões e assembléias,

---

<sup>17</sup> Sobre este assunto, uma rápida consideração, que não pode ser aprofundada neste trabalho, mas que parece ser da maior importância é a constituição de fundos nas cooperativas. Os fundos previstos em lei, e outros fundos que a cooperativa deseje criar devem ser priorizados como forma de poupança dos cooperados, possibilitando uma maior segurança aos mesmos.

e o debate coletivo (SINGER, 2002a). Estes dois pontos: a manutenção ou resgate da identificação entre os membros da cooperativa, e a renovação dos objetivos, certamente não são os únicos que levam um empreendimento cooperativo a se firmar no tempo, mas podem servir como exemplo, tirado da análise das duas cooperativas visitadas, de um desafio que se coloca adiante.

A continuidade do empreendimento ao longo do tempo parece ser o mesmo desafio enfrentado pelos pioneiros do cooperativismo no século XIX. Aquele movimento parece ter sido extremamente enfraquecido, na medida em que se criava uma legislação trabalhista (como aconteceu aproximadamente nesta época nos países dos primeiros empreendimentos cooperativos), e os membros das cooperativas não realizavam uma conseqüente renovação em seus objetivos.

Da observação no campo e dos textos utilizados, uma solução aparece como aquele caminho que seria o mais provável: as cooperativas assumirem a proposta da economia solidária assim como as entidades de fomento o fazem. No momento em que além de trabalhar de forma autogestionária os grupos de cooperados assumem os princípios e valores do cooperativismo, e passam a buscar o desenvolvimento da economia solidária, parece haver uma alteração mais concreta de uma cultura competitiva para uma cultura solidária. Isto, por exemplo, poderia resolver o problema colocado nos dois pontos citados acima, da identificação e da renovação dos objetivos. É possível que este não seja o único ou o melhor caminho para garantir a consolidação dos empreendimentos cooperativos, porém tudo indica que este seja o caminho mais provável. Contudo, mesmo esta possibilidade esbarra em um outro ponto até aqui pouco explorado, mas que merece uma maior atenção e tem obtido grande destaque nas recentes publicações sobre economia solidária: o papel do Estado.

Este papel é tema de diversos debates que estão longe do seu final entre os atores da economia solidária e do cooperativismo. Desta forma, serão colocadas aqui apenas algumas questões mais consensuais sobre o papel do Estado. Inicialmente, a necessidade de uma reforma na legislação sobre o cooperativismo faz-se necessária por ser a legislação atual muito antiga, e feita nos moldes de cooperativas agrícolas exclusivamente. Outro ponto importante é a ampliação da possibilidade de criação de cooperativas de crédito, que dependem de autorização do Banco Central. Entre os pontos acordados por todos os que



trabalham com economia solidária, um último que certamente é demandado do poder público, é um maior controle das autoridades sobre as "cooperगतos", que se passam por cooperativas para prestar serviços terceirizados, precarizando o trabalho ao mesmo tempo em que mantém uma estrutura hierarquizada, prejudicando as condições de trabalho de muitas pessoas e mantendo, ainda, uma imagem negativa do cooperativismo na nossa sociedade. A maior colaboração trazida desta reflexão preliminar sobre o papel do Estado para esta pesquisa, é a constatação de que possíveis garantias de condições financeiras poderiam ser dadas às cooperativas na mesma intensidade da fornecida às empresas<sup>18</sup> (SINGER, 2002a), e uma facilitação, decorrente do esforço estatal, da assimilação da cultura solidária e cooperativista.

Por fim, a pesquisa do combate à pobreza pela formação de cooperativas populares indicou que, a pobreza é sim combatida pela prática cooperativa. A pobreza num sentido amplo (ABRANCHES, 1994), de desenvolvimento de novas capacidades (SEN, 2000) e de melhora na qualidade da vida dos cooperados, que podem passar a sentir-se mais valorizados. As elevações na remuneração dos membros podem ocorrer, porém não é isto que garante o combate à pobreza nas cooperativas, e sim a participação, o envolvimento e a preocupação com a comunidade, além de novos espaços de sociabilidade entre as pessoas. Isto tudo, porém, só passa a acontecer quando, além da preocupação com a manutenção de uma renda mensal, os cooperados assumem a proposta da economia solidária, quando os cooperados assumem que o empreendimento em que eles trabalham tem o papel de colaborar na construção de uma alternativa econômica solidária.

## 7. Bibliografia:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1994.

ANTEAG. *Autogestão. Construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. São Paulo, Anteag, 2000.

---

<sup>18</sup> Em princípio, bastaria que houvesse acesso a alguns incentivos econômicos como apoio à exportação, linhas de crédito e financiamento, etc., como ocorre com empresas capitalistas (SINGER, 2002a).

- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ*, em CAMAROTTI e SPINK (orgs) *Redução da Pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001.
- CAMAROTTI, Ilka e SPINK, Peter. *Estratégias locais para redução da pobreza - construindo a cidadania*. São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, 2000.
- ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA. *Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável*. Porto Alegre, 2002.
- JAKOBSEN, Kjeld. *Mapa do Trabalho Informal*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.
- MOTTA, Fernando Prestes. *Alguns Precusores do Participacionismo*. In *Participação e Participações. Ensaio sobre autogestão*. São Paulo, Editora Babel Cultural, 1987.
- RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000.
- REDE INFORMA. *Rede Universitária de incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Estatuto*. Rio de Janeiro, s/d, folheto. (endereço eletrônico: redeinfo@incubcoop.coppe.ufrj.br)
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo, Record, 2000.
- SEADE-DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED*. [www.Dieese.org.br](http://www.Dieese.org.br), visitado em 24.06.2002.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. 2002a. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul. 2002b *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil* in SANTOS, Boaventura. *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

SINGER, Paul; SOUZA, André (org). *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

TRATEMBERG, Maurício. *Considerações Gerais*. In *Participação e Participações. Ensaio sobre autogestão*. São Paulo, Editora Babel Cultural, 1987.

UNITRABALHO. *Cadernos Unitrabalho 1. Universidade, Trabalho e Trabalhadores*. São Paulo, Unitrabalho, 1998.